



A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE EM JOINVILLE/SC

Vinícios Caldas de Oliveira | vinicios.c28@aluno.ifsc.edu.br¹
Ana Cristina Heidemann Maria | anacristinaheidemann2003@gmail.com²
Andrea Heidemann | andrea.heidemann@ifsc.edu.br³

Trabalho de Pesquisa
DT 3 - Educação, Cidadania, Desenvolvimento Social e Práticas Inclusivas

Resumo: Apesar dos avanços normativos e institucionais na garantia de direitos da população LGBTQIAPN+, especialmente com a criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) em 2011, persistem desafios relacionados à homofobia e à heteronormatividade nos serviços de saúde. Esses fatores contribuem para a invisibilização das especificidades dessa população e para a limitada compreensão dos determinantes sociais de suas condições de vulnerabilidade, refletindo-se em dificuldades de inclusão e participação social na rede pública de saúde. O presente estudo tem como objetivo analisar a participação social da comunidade LGBTQIAPN+ na política de saúde do município de Joinville, Santa Catarina, com ênfase nos espaços de controle social do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, do tipo survey, realizada por meio de questionário online, que obteve 112 respostas válidas. Os dados foram analisados de forma descritiva, permitindo identificar padrões de participação e percepções dos respondentes quanto à relevância do controle social no SUS. Os resultados evidenciam a ausência de participação social efetiva da comunidade LGBTQIAPN+ nos espaços formais de controle social no município, embora haja reconhecimento da importância da participação popular para o fortalecimento da gestão democrática e da efetividade das políticas públicas de saúde. Esses achados indicam a necessidade de estratégias que promovam o engajamento dessa população, contribuindo para um SUS mais inclusivo e equitativo. Para tanto, recomenda-se ampliar ações de educação permanente, fortalecer conselhos de saúde, garantir representatividade e desenvolver políticas intersetoriais que enfrentem desigualdades estruturais históricas persistentes locais.

Palavras-chave: Comunidade LGBTQIAPN+; participação social; controle social; SUS.

¹ Egresso do Curso de Tecnólogo em Gestão Hospitalar; Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Rua Pavão, 1377, Costa e Silva, Joinville/SC.

² Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Santa Catarina; Rua Visconde de Taunay, 427, Centro, Joinville/SC.

³ Docente, Assistente Social, Doutora em Saúde e Meio Ambiente, Instituto Federal de Santa Catarina. Rua: Pavão 1377, Costa e Silva, Joinville/SC.



Introdução

O direito à saúde no Brasil foi consolidado com a Constituição Federal de 1988, que instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade (Brasil, 1988). Posteriormente, a Lei nº 8.080/1990 regulamentou a organização e o funcionamento do sistema, visando à redução das desigualdades sociais em saúde (Brasil, 1990).

Apesar desses avanços, o acesso à saúde ocorre de forma desigual entre os diferentes grupos sociais, especialmente para a população LGBTQIAPN+, historicamente marcada por processos de exclusão e discriminação (Albuquerque et al., 2013). A criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais representou um avanço na garantia de direitos, ao reconhecer as especificidades dessa população (Brasil, 2013).

Entretanto, persistem desafios relacionados à heteronormatividade institucionalizada e à homofobia nos serviços de saúde, o que impacta negativamente o acesso e a qualidade da assistência (Miskolci, 2007). Nesse contexto, a participação social assume papel central na construção de políticas públicas mais inclusivas. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a participação social da comunidade LGBTQIAPN+ na política de saúde do município de Joinville/SC, com ênfase nos espaços de controle social do SUS.

Fundamentação teórica

A população LGBTQIAPN+ compreende sujeitos cujas identidades de gênero e orientações sexuais divergem dos padrões heteronormativos estabelecidos socialmente (Reis, 2018). A heteronormatividade, por sua vez, configura-se como um sistema que



privilegia a heterossexualidade como norma, contribuindo para a exclusão de identidades dissidentes (Miskolci, 2007).

Historicamente, essa população enfrentou marginalização e violência, mas também protagonizou movimentos sociais relevantes, como a Rebelião de Stonewall, considerada marco na luta por direitos civis (Costa, 2022). No Brasil, a consolidação de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+ ganhou força com a redemocratização e a criação do SUS (Ferreira; Sacramento, 2019).

O SUS incorpora a participação social como uma de suas diretrizes fundamentais, regulamentada pela Lei nº 8.142/1990, que institui os Conselhos e Conferências de Saúde como espaços de deliberação e controle social (Brasil, 1990b). Esses mecanismos possibilitam a participação da sociedade na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, contribuindo para a democratização da gestão (Paim, 2015).

Contudo, a efetiva participação da população LGBTQIAPN+ nesses espaços ainda enfrenta desafios relacionados a barreiras institucionais, sociais e culturais, que limitam sua representatividade (Goldim et al., 2018).

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, do tipo survey, caracterizada pela coleta de dados por meio de questionário estruturado com 30 perguntas, sendo 23 fechadas e 7 abertas que versavam sobre as percepções sobre o SUS e o controle social. O instrumento foi aplicado de forma online, resultando em 112 respostas válidas.

Os dados foram analisados de forma descritiva, permitindo identificar padrões de participação e percepções dos respondentes sobre o controle social no SUS. A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, sob parecer nº 6.261.288, respeitando os princípios éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos.



Resultados e discussões

Os resultados evidenciam baixa participação da comunidade LGBTQIAPN+ nos espaços de controle social do SUS no município de Joinville. A maioria dos respondentes indicou não participar regularmente desses espaços, demonstrando fragilidade no engajamento social.

Entre os mecanismos mais conhecidos estão os Conselhos Municipais e Locais de Saúde e as Conferências de Saúde, conforme previsto na legislação (Brasil, 1990b). No entanto, grande parte dos participantes não soube indicar nenhum espaço de participação, evidenciando limitações no acesso à informação. Apesar disso, os respondentes reconhecem a importância do controle social, destacando seu papel na promoção da democracia, fiscalização dos recursos públicos e melhoria dos serviços de saúde. Esses achados corroboram estudos que apontam o controle social como elemento essencial para o fortalecimento do SUS (Rolim et al., 2013).

A baixa participação observada não decorre da desvalorização desses espaços, mas de fatores como desinformação, ausência de incentivo institucional e experiências de discriminação, que dificultam o engajamento dessa população (Santana et al., 2020). Ademais, trata-se de um problema que ultrapassa grupos específicos, refletindo fragilidades estruturais da participação social no Brasil.

Considerações finais

O estudo evidencia que, apesar dos avanços normativos na garantia do direito à saúde da população LGBTQIAPN+, a participação social dessa comunidade nos espaços formais de controle social ainda é limitada no município de Joinville. Os resultados indicam a necessidade de estratégias que promovam o engajamento social, como



ampliação do acesso à informação, fortalecimento de espaços inclusivos e incentivo à representatividade. Além disso, destaca-se a importância de ações institucionais voltadas ao enfrentamento da discriminação nos serviços de saúde.

Ressalta-se que as limitações metodológicas, especialmente o uso de questionário online, podem restringir a generalização dos resultados. Dessa forma, recomenda-se a realização de estudos futuros, com abordagens qualitativas, que aprofundem a compreensão dos fatores que influenciam a participação social dessa população.

Por fim, o fortalecimento da participação social da comunidade LGBTQIAPN+ é fundamental para a consolidação de um SUS mais democrático, equitativo e inclusivo.

Referências

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; GARCIA, Célia Maria; QUIRINO, Glauberto da Silva; ALVES, Maria José; BELÉM, Júlia Maria; SANTOS, Francinalva Soares. Homofobia institucional na atenção à saúde: o acesso aos serviços de saúde por pessoas LGBT. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-525, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/7Xx8qX3fMZp3s8Lw6VnJzkg/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2026.

BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, 1990. Legislação Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.



Brasília, 1990. Legislação Federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 21 set. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COSTA, Clayton Angelo Silva. Percepção, interpretação e educação ambiental:: uma interface para a conservação da natureza?. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 39, n. 2, p. 370-384, 2022.

<<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/14243/9805>> Acesso em: 26 ago. 2023.

FERREIRA, Vinícius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, 2019. Disponível

em:<<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/33802/2/2.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2022.

GOLDIM, José Roberto; PITHAN, Carolina da Fonte; OLIVEIRA, Juliana Ghisleni GOMES, Sávio Marcelino; SOUSA, Luciana Maria Pereira de; VASCONCELOS, Thaissa Machado; NAGASHIMA, Alynne Mendonça Saraiva. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saúde e Sociedade**, 2018, v. 27, n.4, pp. 1120-1133. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/GS8FXSvb3ZvvGvGKqkCXSJS/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 16 ago. 2022.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de leitura do Brasil**. 2007. p. 1-19. Disponível em:

<https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf>

Acesso em: 10 out. 2022.

PAIM, Jairnilson Silva. **O QUE É O SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 93. Disponível em: <<http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/>>. Acesso em: 08 março 2023.

REIS, Toni. Avanços e Desafios para os Direitos Humanos da Comunidade LGBT no Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Direito de Família**. 2012. p. 370-384. Disponível em: <<https://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/wp-content/uploads/2014/04/TONI-REIS-A-vancos-e-desafios-LGBT-IBDFAM.pdf>> Acesso em: 17 jun 2024.



ROLIM, Leonardo Barbosa; CRUZ, Rachel de Sá Barreto; Luna Callou; SAMPAIO, Karla Jimena Araújo de Jesus. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Saúde em debate**, v. 37, p. 139-147, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/dNgCW9WdJJx7VHV7xWkhSHq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 jun 2024.

SANTANA, Alef Diogo da Silva; LIMA, Marcos Soares de; MOURA, Jefferson Wildes da Silva; VANDERLEY, Isabel Cristina Sibalde; ARAÚJO, Ednaldo Cavalcante de. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. **Revista Enfermagem**. UFPE on line, p. [1-12], 2020 Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1096982> Acesso em: 11 jun. 2024.